

Ano V, v.2 2025 | submissão: 12/12/2025 | aceito: 14/12/2025 | publicação: 16/12/2025

A negligência comunicacional e o desenvolvimento psicossocial do sujeito surdo: o papel da família como primeiro agente de letramento e saúde mental

Communicational negligence and the psychosocial development of the deaf subject: the role of the family as the first agent of literacy and mental health

Andrea Almeida Bacury Machado - Graduada em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR).

Resumo

A privação linguística nos primeiros anos de vida da criança surda, decorrente da falta de *input* linguístico acessível no ambiente familiar, constitui um dos fatores mais graves de comprometimento cognitivo, emocional e social, configurando um problema de saúde pública. O presente artigo científico propõe uma análise densa e crítica sobre a responsabilidade familiar na aquisição da linguagem e na estruturação psíquica do indivíduo surdo. A metodologia baseia-se em uma revisão bibliográfica sistemática, correlacionando teorias do desenvolvimento sociointeracionista de Vygotsky, estudos contemporâneos sobre a Síndrome da Privação Linguística e evidências epidemiológicas sobre saúde mental na comunidade surda. O estudo estrutura-se em eixos temáticos profundos, explorando desde a janela neurobiológica de aquisição de linguagem até as consequências psicopatológicas da indiferença parental. Discute-se como a comunicação acessível no núcleo familiar atua como fator de proteção neurocognitiva e emocional. Os resultados indicam que o aprendizado da língua de sinais pela família não é uma opção pedagógica, mas um imperativo ético para garantir a constituição do sujeito. Conclui-se que a intervenção precoce e o bilinguismo familiar são determinantes para a autonomia e a saúde psíquica do surdo.

Palavras-chave: Privação Linguística. Família e Surdez. Saúde Mental. Libras. Desenvolvimento Socioemocional.

Abstract

Linguistic deprivation in the early years of a deaf child's life, resulting from the lack of accessible linguistic input in the family environment, constitutes one of the most serious factors of cognitive, emotional, and social impairment, configuring a public health problem. This scientific article proposes a dense and critical analysis of family responsibility in language acquisition and the psychic structuring of the deaf individual. The methodology relies on a systematic bibliographic review, correlating Vygotsky's socio-interactionist development theories, contemporary studies on Language Deprivation Syndrome, and epidemiological evidence on mental health in the deaf community. The study is structured into deep thematic axes, exploring everything from the neurobiological window of language acquisition to the psychopathological consequences of parental indifference. It discusses how accessible communication within the family nucleus acts as a neurocognitive and emotional protective factor. The results indicate that learning sign language by the family is not a pedagogical option, but an ethical imperative to guarantee the constitution of the subject. It is concluded that early intervention and family bilingualism are determinants for the deaf person's autonomy and psychic health.

Keywords: Linguistic Deprivation. Family and Deafness. Mental Health. Libras. Socio-emotional Development.

1. Introdução

A constituição do sujeito humano ocorre, invariavelmente, através da linguagem e da interação dialética com o outro, sendo o ambiente familiar o primeiro e mais determinante cenário para esse desenvolvimento ontológico. No entanto, para a criança surda, que nasce majoritariamente em lares de pais ouvintes — cerca de 95% dos casos, conforme apontam os estudos demográficos

Ano V, v.2 2025 | submissão: 12/12/2025 | aceito: 14/12/2025 | publicação: 16/12/2025

seminais de Mitchell e Karchmer (2004) realizados nos Estados Unidos —, esse ambiente doméstico pode se transformar paradoxalmente em um local de isolamento sensorial e simbólico. A ausência de uma língua comum e fluente entre pais e filhos nos anos formativos não resulta apenas em um atraso na aquisição vocabular, mas desencadeia uma cascata de déficits estruturais no desenvolvimento neurocognitivo, na formação da teoria da mente e na construção da identidade psicossocial do indivíduo. A literatura acadêmica especializada, corroborada pelas teorias neurológicas de Oliver Sacks (2010) e pelas análises socioantropológicas de Carlos Skliar (2013), aponta categoricamente que a negligência comunicacional, muitas vezes travestida de escolhas metodológicas oralistas sem o devido suporte fonoaudiológico e pedagógico, configura uma forma de violência silenciosa que reverbera por toda a vida adulta do indivíduo, comprometendo sua capacidade de interação social e sua estabilidade emocional.

O problema central analisado nesta investigação científica reside na profunda desconexão afetiva e cognitiva gerada pela barreira linguística intra-familiar, um fenômeno que transcende a mera dificuldade de comunicação cotidiana e atinge a estruturação do "Eu" e a percepção de pertencimento. A indiferença ou a recusa de pais e familiares em aprender a Língua Brasileira de Sinais (Libras) cria um ambiente de privação crônica dentro da própria casa, fenômeno amplamente discutido e tipificado na literatura internacional como "Dinner Table Syndrome" (Síndrome da Mesa de Jantar), onde a exclusão ocorre nos momentos de socialização primária. A hipótese defendida neste trabalho é que a proficiência comunicativa da família na língua natural da criança (a língua de sinais) é o maior preditor isolado de saúde mental e sucesso social do surdo adulto, superando variáveis como tecnologia auditiva (implantes cocleares) ou nível socioeconômico. Através de uma análise fundamentada na neurociência da linguagem e na psicologia do desenvolvimento, este estudo visa instrumentalizar a comunidade acadêmica e as políticas públicas sobre a urgência do bilinguismo multimodal desde o nascimento.

2. A janela neurobiológica da aquisição de linguagem e a síndrome da privação

O desenvolvimento neurológico infantil opera sob janelas de oportunidade críticas, períodos nos quais a plasticidade cerebral está maximizada para a aquisição de linguagem e organização sináptica. Segundo as teorias de aquisição de linguagem revisitadas pela neurociência cognitiva, como demonstrado nos estudos longitudinais de Mayberry, Lock e Kazmi (2002), o cérebro humano requer *input* linguístico compreensível e frequente nos primeiros anos de vida para organizar as estruturas corticais responsáveis pelo processamento simbólico. Para a criança surda, o *input* auditivo é fragmentado ou inexistente, tornando o canal visuo-espacial a via natural e biológica para essa aquisição. Quando a família falha em fornecer esse estímulo visual estruturado (Língua de Sinais), ocorre o fenômeno da Síndrome da Privação Linguística (*Language Deprivation Syndrome*), descrito

Ano V, v.2 2025 | submissão: 12/12/2025 | aceito: 14/12/2025 | publicação: 16/12/2025

recentemente por Humphries et al. (2017) no *Community Mental Health Journal* como uma desordem neurodesenvolvimental distinta, caracterizada por déficits permanentes na cognição e na linguagem.

A insistência exclusiva no oralismo sem o suporte da língua de sinais, em muitos casos, condena a criança a um estado de "semilinguismo" ou alinguismo funcional durante o período crítico de maturação cerebral. Quadros (2019) enfatiza em suas pesquisas extensivas no Brasil que a Libras não compete com a língua portuguesa; ao contrário, ela fornece a base cognitiva ("andaime") para que a segunda língua possa ser aprendida e para que o pensamento abstrato se desenvolva. A família que nega o acesso à língua de sinais sob o pretexto de "forçar a fala" está, na verdade, comprometendo a arquitetura neural necessária para qualquer tipo de processamento linguístico futuro. A privação do acesso a uma língua completa nos primeiros cinco anos de vida resulta em uma atrofia funcional das áreas de linguagem do cérebro, dificultando a aquisição de qualquer idioma posteriormente, seja ele oral ou sinalizado.

A neuroplasticidade, embora seja uma característica vital do cérebro, joga contra o indivíduo em casos de privação. Se as áreas corticais destinadas ao processamento da linguagem não recebem estímulo adequado, elas podem ser "colonizadas" por outras funções, como o processamento visual simples, tornando a recuperação linguística extremamente difícil na adolescência ou vida adulta. Sacks (2010) argumenta que a linguagem não é apenas uma ferramenta de comunicação, mas a base do pensamento proposicional. Sem linguagem, o pensamento permanece preso ao concreto e ao imediato. A criança surda privada de língua em casa não consegue desenvolver narrativas internas, planejar o futuro ou refletir sobre o passado com a mesma complexidade que seus pares ouvintes ou surdos sinalizantes nativos.

Além do aspecto estritamente linguístico, a privação afeta as funções executivas, como controle inibitório, memória de trabalho e flexibilidade cognitiva. Estudos de Kronenberger et al. (2014) indicam que crianças surdas com atraso de linguagem apresentam maiores dificuldades em tarefas que exigem autorregulação e planejamento sequencial. Isso ocorre porque a linguagem interna é a ferramenta primária que usamos para regular nosso próprio comportamento ("não devo fazer isso agora", "primeiro farei X, depois Y"). Quando a família não oferece a língua de sinais, ela está involuntariamente sabotando a capacidade da criança de se autogerir, o que frequentemente é diagnosticado erroneamente como Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) ou problemas comportamentais.

A responsabilidade familiar neste contexto é absoluta e intransferível, pois a escola ou a clínica não podem replicar a imersão linguística constante que ocorre no lar. Segundo a teoria sociointeracionista de Lev Vygotsky (1998), o desenvolvimento das funções psicológicas superiores depende da internalização da linguagem social. Se a criança surda não participa das interações sociais em casa — se não entende as piadas, as ordens, as discussões e as narrativas familiares —, ela perde

Ano V, v.2 2025 | submissão: 12/12/2025 | aceito: 14/12/2025 | publicação: 16/12/2025

o substrato material necessário para o desenvolvimento intelectual. A "zona de desenvolvimento proximal" de Vygotsky só pode ser ativada se houver mediação, e essa mediação exige uma língua comum. A família que se recusa a sinalizar cria um vácuo mediacional onde a aprendizagem social é interrompida.

A evidência científica aponta que a exposição tardia à primeira língua (L1) tem efeitos devastadores e irreversíveis. Mayberry (2002) comparou o desempenho linguístico de surdos que aprenderam sinais na infância com aqueles que aprenderam tardiamente e descobriu que os aprendizes tardios processam a língua de maneira menos eficiente e com mais erros gramaticais, mesmo após décadas de uso. Isso significa que a decisão da família de "esperar para ver" se a criança vai falar, ou de adiar a introdução da Libras, tem custos biológicos definitivos. O tempo neurobiológico não perdoa a hesitação pedagógica ou o preconceito linguístico.

Portanto, a introdução da Língua Brasileira de Sinais no ambiente familiar não deve ser vista como uma "opção" ou um "recurso extra", mas como uma emergência médica e pedagógica. Profissionais de saúde, incluindo pediatras, fonoaudiólogos e otorrinolaringologistas, têm o dever ético de informar os pais sobre os riscos neurológicos da privação linguística. A narrativa de que a língua de sinais "preguiçosa" a fala ou impede o uso do implante coclear carece de base científica robusta e contradiz as descobertas da neurociência moderna, que defende o bilinguismo como a melhor estratégia para maximizar o potencial do cérebro surdo.

3. A dinâmica familiar e a síndrome da mesa de jantar: isolamento no núcleo afetivo

A "Síndrome da Mesa de Jantar" (Dinner Table Syndrome) é uma metáfora clínica e sociológica poderosa para descrever a experiência de exclusão comunicativa vivida por surdos em suas próprias casas, um fenômeno amplamente documentado na literatura de psicologia da surdez e relatado qualitativamente em pesquisas como as de Hall (2017). Enquanto a família ouvinte conversa, ri, debate e compartilha narrativas durante as refeições, o membro surdo permanece alheio, captando apenas fragmentos visuais descontextualizados e expressões faciais ambíguas. O momento da refeição, que antropologicamente representa a comunhão e a transmissão de cultura, torna-se para o surdo o momento de maior solidão e invisibilidade.

Quando a criança ou o jovem surdo tenta inquirir sobre o conteúdo da conversa, recebe frequentemente respostas resumidas, postergadas ("depois eu te conto") ou dismissivas ("não é nada importante", "estamos só falando bobagem"). Essa exclusão sistemática no ambiente doméstico gera sentimentos profundos de solidão, rejeição e desconfiança paranoide. O indivíduo sabe que informações estão sendo trocadas, percebe as mudanças de humor e as reações emocionais dos familiares, mas o acesso ao *conteúdo* que gerou essas reações lhe é negado pelas pessoas que deveriam ser seus principais interlocutores e protetores.

Ano V, v.2 2025 | submissão: 12/12/2025 | aceito: 14/12/2025 | publicação: 16/12/2025

A indiferença paterna ou materna em relação ao aprendizado da Libras cria um abismo emocional intransponível. Muitas vezes, essa inércia nasce de um luto patológico pelo "filho idealizado" ou da dificuldade psicológica em lidar com o diagnóstico da surdez, levando à negação da necessidade de uma língua diferente. O esforço para aprender uma nova língua de modalidade visuo-espacial exige dedicação cognitiva, tempo e investimento financeiro, e muitos pais falham em priorizar isso diante das demandas da vida cotidiana. No entanto, a criança surda não interpreta essa falta de esforço como uma dificuldade logística, mas como uma rejeição afetiva pessoal. "Se eles me amassem, aprenderiam a falar comigo", é um pensamento recorrente relatado por adultos surdos em terapia.

A comunicação acessível e constante no lar não é apenas sobre transmitir informações logísticas e comandos ("vá tomar banho", "hora de comer", "arrume seu quarto"), mas sobre compartilhar afeto, valores, humor e cultura familiar. Sem uma língua compartilhada fluente, a transmissão intergeracional de cultura e valores é interrompida. Como explicar a um adolescente surdo os perigos das drogas, a importância da ética, a história dos avós ou os princípios religiosos da família com um vocabulário de sinais rudimentar e mímica improvisada? A complexidade da vida exige uma língua complexa. Quadros (2019) reforça que a Libras possui toda a estrutura gramatical necessária para discutir filosofia, física ou sentimentos, mas ela precisa estar presente na boca e nas mãos dos pais.

A falta de comunicação profunda gera um fenômeno de "estrangeiro em casa". O jovem surdo muitas vezes se sente mais acolhido e compreendido na escola, entre seus pares surdos, ou na associação de surdos, do que em sua própria casa. Isso pode gerar conflitos de lealdade e um distanciamento progressivo da família nuclear. A família, por sua vez, pode interpretar esse distanciamento como rebeldia ou ingratidão, sem perceber que é o resultado direto de anos de exclusão comunicativa. A construção de laços afetivos seguros (apego) depende da sintonia comunicativa; sem ela, o apego torna-se inseguro ou evitativo.

Além disso, a dinâmica de interpretação dentro de casa — onde muitas vezes um irmão ouvinte ou apenas a mãe atua como "intérprete" para o pai ou outros parentes — cria relações de poder desequilibradas e dependência insalubre. O surdo perde a autonomia de falar por si mesmo e de acessar as informações diretamente. Essa triangulação constante infantiliza o sujeito surdo e sobrecarrega o familiar que atua como ponte, gerando ressentimentos de ambos os lados. A autonomia comunicativa direta entre todos os membros da família é essencial para a saúde do sistema familiar.

Por fim, a imersão na Cultura Surda é uma estratégia vital que a família deve adotar para mitigar esse isolamento. Strobel (2008), em sua obra sobre as imagens do outro na cultura surda, argumenta que a identidade surda é construída no encontro com o semelhante. Pais ouvintes que, por medo ou preconceito, isolam seus filhos do convívio com outros surdos, estão negando-lhes o acesso

Ano V, v.2 2025 | submissão: 12/12/2025 | aceito: 14/12/2025 | publicação: 16/12/2025

ao patrimônio cultural e às estratégias de sobrevivência visual que só um par pode transmitir. A família deve atuar como uma ponte para o mundo, frequentando eventos da comunidade surda e aprendendo com adultos surdos, normalizando a experiência da surdez dentro de casa.

4. Saúde mental e surdez: a correlação entre privação linguística e transtornos psíquicos

Estudos epidemiológicos robustos, como os realizados por Fellingner, Holzinger e Pollard (2012) e publicados no periódico *The Lancet*, indicam que a prevalência de problemas de saúde mental na população surda é significativamente maior do que na população ouvinte. É crucial notar, contudo, que essa disparidade não é causada pela surdez em si (fator biológico), mas pelas barreiras de comunicação, pelo isolamento social e pela privação de experiências formativas (fatores ambientais e sociais). A surdez não é um fator de risco psiquiátrico; a falta de comunicação é.

A incapacidade de expressar sentimentos complexos, frustrações, medos e nuances emocionais em um ambiente seguro (família) leva à internalização de conflitos (manifestando-se como depressão, ansiedade, somatização) ou à externalização através de comportamentos agressivos, impulsivos ou socialmente inadequados. O surdo que não tem interlocutores fluentes em casa vive em um estado de hipervigilância constante, tentando decifrar pistas visuais e contextuais para entender o que acontece ao seu redor. Isso gera uma fadiga cognitiva e emocional crônica, conhecida na literatura como *deaf fatigue*, que drena a energia mental necessária para outras atividades de desenvolvimento.

A depressão e o isolamento no surdo adulto têm raízes profundas na infância negligenciada comunicacionalmente. A narrativa clínica de muitos pacientes surdos revela traumas associados a eventos familiares, festas de Natal e reuniões onde se sentiam invisíveis. Glickman (2009), pioneiro na terapia cognitivo-comportamental para surdos, argumenta que muitos dos déficits de habilidades sociais e regulação emocional observados em adultos surdos são, na verdade, sintomas de "Disfluência Linguística" e falta de modelos de comportamento. Sem acesso à linguagem, a pessoa não aprende a nomear suas emoções, o que é o primeiro passo para regulá-las.

A "Síndrome da Privação Linguística" também está associada a diagnósticos psiquiátricos mais graves e complexos. A falta de linguagem estruturada pode mimetizar sintomas de psicose ou deficiência intelectual, levando a erros de diagnóstico e tratamentos medicamentosos inadequados. Além disso, a barreira comunicativa dificulta o acesso ao próprio tratamento terapêutico, pois há uma escassez crítica de psicólogos e psiquiatras fluentes em Libras. O problema criado na família é perpetuado pelo sistema de saúde despreparado.

O conceito de "Trauma Complexo" também se aplica a muitos surdos. Não se trata de um único evento traumático, mas da exposição contínua e repetida a microagressões, rejeição e negligência comunicativa ao longo de anos. A família que proíbe o uso de sinais, que zomba da voz

Ano V, v.2 2025 | submissão: 12/12/2025 | aceito: 14/12/2025 | publicação: 16/12/2025

do surdo ou que o ignora sistematicamente está infligindo um trauma relacional que molda a estrutura da personalidade. A baixa autoestima, a sensação de inadequação e a dificuldade em confiar nos outros são sequelas diretas desse ambiente tóxico.

A intervenção preventiva mais eficaz para a saúde mental do surdo é, portanto, o empoderamento linguístico da família. Programas de intervenção precoce que focam no ensino de Libras para a família não apenas como um código, mas como uma forma de vínculo afetivo, demonstraram reduzir significativamente os índices de estresse familiar e melhorar o comportamento adaptativo da criança. Quando os pais conseguem se comunicar efetivamente, os níveis de frustração da criança diminuem, os comportamentos disruptivos ("birras") reduzem e o clima emocional da casa melhora.

O acesso à comunicação fluente é, estritamente, um determinante social de saúde mental, atuando como fator protetivo contra psicopatologias graves. A identidade surda positiva, construída através da língua de sinais e do contato com a cultura surda, funciona como um escudo contra o estigma. Surdos que se orgulham de sua identidade e têm suporte familiar apresentam índices de saúde mental comparáveis aos da população ouvinte, provando que o problema não é o ouvido, mas o entorno.

5. O papel do educador e do intérprete na mediação e letramento familiar

O profissional da educação especial e o intérprete de Libras frequentemente se tornam os primeiros modelos linguísticos e de identidade positiva para a criança surda, suprimindo lacunas deixadas pela família. No entanto, o papel da escola e dos especialistas não deve ser de substituição parental, mas de orientação, acolhimento e instrumentalização. É dever ético do pedagogo especializado e do pesquisador da área alertar a família sobre a importância crítica da comunicação visual e desmistificar crenças errôneas de que o uso de sinais "atrapalha a fala" ou a reabilitação auditiva.

Lacerda (2006) defende em seus estudos sobre inclusão que a escola deve promover espaços de acolhimento para a família, oferecendo cursos de Libras e oportunidades de contato com a comunidade surda adulta. Muitas vezes, os pais nunca viram um adulto surdo bem-sucedido, universitário ou profissionalmente ativo. O contato com esses modelos ajuda os pais a vislumbrar um futuro funcional e autônomo para seus filhos, reduzindo a ansiedade e o luto pelo diagnóstico. A escola deve ser um centro de recursos para a família, não apenas para o aluno.

A mediação pedagógica também envolve trabalhar as expectativas familiares irreais. Muitos pais, influenciados por uma visão clínica da surdez, focam excessivamente na "cura" ou na normalização auditiva (via implantes cocleares e fonoaudiologia intensiva) e negligenciam a interação humana significativa no presente. O educador deve, com base em evidências científicas e

Ano V, v.2 2025 | submissão: 12/12/2025 | aceito: 14/12/2025 | publicação: 16/12/2025

sensibilidade, ajudar a família a equilibrar essas expectativas. É preciso mostrar que uma criança surda feliz, comunicativa e fluente em sinais tem um prognóstico de vida e de realização profissional muito superior ao de uma criança "oralizada" mas emocionalmente fraturada, insegura e socialmente isolada.

O letramento familiar em Libras deve ir além do vocabulário básico. Ensinar os pais a contar histórias, a brincar e a disciplinar em Libras é fundamental. Oficinas de contação de histórias em Libras para pais, grupos de apoio e atividades lúdicas conjuntas são estratégias eficazes. O intérprete educacional, muitas vezes visto apenas como um tradutor na sala de aula, pode atuar como um mediador cultural nessas reuniões, ajudando os pais a entenderem a perspectiva visual de seus filhos.

A escola também deve estar atenta aos sinais de negligência comunicacional e sofrimento psíquico no aluno. Mudanças de comportamento, isolamento no recreio ou agressividade podem ser reflexos de dinâmicas familiares disfuncionais. O encaminhamento para serviços de psicologia e assistência social deve ser feito, mas sempre acompanhado de um trabalho de conscientização sobre a importância da língua. A escola não pode ser uma ilha de comunicação em um mar de silêncio doméstico; ela precisa expandir suas fronteiras para transformar o lar.

A formação de pais líderes e ativistas também é um papel da educação. Empoderar os pais com conhecimento sobre a legislação (Lei de Libras, Lei Brasileira de Inclusão) e sobre os direitos linguísticos de seus filhos transforma-os em aliados na luta por uma sociedade mais inclusiva. Pais informados cobram acessibilidade em hospitais, teatros e espaços públicos, ampliando o mundo para seus filhos.

Por fim, o sucesso do sujeito surdo não deve ser medido pela sua semelhança com o ouvinte (o quanto ele fala ou ouve), mas pela sua capacidade cognitiva, relacional e de autonomia. Essas competências dependem inteiramente de uma base linguística sólida adquirida precocemente no lar. O educador é o guardião dessa verdade, e deve comunicá-la à família com clareza, empatia e firmeza.

6. Conclusão

A análise aprofundada da relação intrínseca entre família, linguagem e desenvolvimento socioemocional do sujeito surdo, iluminada pelas teorias de Vygotsky, Sacks e pelos estudos contemporâneos sobre privação linguística, permite concluir de forma inequívoca que a comunicação acessível no lar é o alicerce insubstituível da saúde mental e da autonomia humana. A negligência comunicacional, manifestada pela recusa, inércia ou demora da família em adotar a língua de sinais como meio legítimo de instrução e afeto, configura uma violação de direitos humanos fundamentais que deixa cicatrizes profundas, estruturais e muitas vezes irreversíveis na psique do indivíduo. Fica evidente que a escola inclusiva, as tecnologias assistivas avançadas e as terapias clínicas, por mais excelentes que sejam, não possuem a capilaridade afetiva e a constância temporal necessárias para

Ano V, v.2 2025 | submissão: 12/12/2025 | aceito: 14/12/2025 | publicação: 16/12/2025

compensar o vazio deixado por um lar silencioso, onde a criança é tratada como um estrangeiro entre os seus.

A janela de oportunidade neurobiológica para a aquisição da linguagem é temporalmente limitada e implacável; ela não espera pela aceitação psicológica do luto parental, pela adaptação financeira ou pela burocracia dos sistemas de saúde. A intervenção deve ser imediata, bilingue e culturalmente sensível. O acolhimento da Libras no seio familiar não deve ser encarado apenas como uma ferramenta pedagógica alternativa ou um recurso de acessibilidade, mas como um ato de humanização suprema que permite à criança surda constituir-se como sujeito de desejo, de direitos e de cultura. A evidência científica acumulada nas últimas décadas é irrefutável: o vínculo afetivo seguro e o desenvolvimento cognitivo pleno só se sustentam através da comunicação inteligível, fluida e recíproca.

O impacto da indiferença familiar reverbera negativamente em toda a sociedade, gerando custos sociais elevados e evitáveis associados ao desemprego, à dependência econômica e ao tratamento de transtornos mentais graves em adultos surdos. Indivíduos que crescem sem linguagem adequada apresentam maiores dificuldades de inserção laboral, menores índices de escolaridade superior e maior vulnerabilidade a abusos e exploração. Em contrapartida, surdos que crescem em ambientes comunicativos ricos e aceitadores tornam-se cidadãos plenos, líderes comunitários e profissionais capazes de contribuir significativamente para o desenvolvimento nacional. O investimento na capacitação linguística da família é, portanto, uma prioridade estratégica de saúde pública e de desenvolvimento social.

É imperativo que as políticas públicas de saúde e educação sejam reestruturadas para contemplar não apenas a criança surda, mas o núcleo familiar como alvo prioritário das intervenções. Isso inclui a oferta gratuita, continuada e descentralizada de cursos de Libras para pais, irmãos e avós, bem como suporte psicológico especializado para o processamento do diagnóstico e a reconfiguração das expectativas familiares. O profissional de saúde e educação tem o dever ético de informar a família sobre os riscos neurológicos da privação linguística com a mesma gravidade com que informa sobre riscos biológicos, desmistificando a ideia obsoleta de que a língua de sinais prejudica a oralização.

Conclui-se, de forma categórica, que o desenvolvimento saudável do surdo depende de uma mudança radical de paradigma: da visão patológica da surdez, que busca incessantemente a cura e a normalização, para a visão socioantropológica, que busca a plenitude através da diferença. A família precisa transitar do luto pela "orelha que não ouve" para o encontro potente com o "olho que vê e a mão que fala". A verdadeira inclusão social não começa na escola, na empresa ou na lei de cotas, mas na intimidade da mesa de jantar, onde cada membro da família tem o direito inalienável de entender e ser entendido, de participar das piadas, das decisões e da história familiar.

Ano V, v.2 2025 | submissão: 12/12/2025 | aceito: 14/12/2025 | publicação: 16/12/2025

Sem essa base doméstica sólida, toda a superestrutura educacional torna-se frágil e paliativa. A responsabilidade da família na aquisição da linguagem é o primeiro e mais importante contrato social que se estabelece com a criança surda. Romper esse contrato através da negligência comunicacional é condenar o filho a uma vida de incompletude e isolamento. Honrar esse contrato através do aprendizado e uso da Libras é oferecer-lhe as chaves do mundo e a certeza do pertencimento.

A sociedade, por sua vez, deve cobrar e apoiar as famílias nessa jornada desafiadora, garantindo que a surdez deixe de ser sinônimo de solidão para ser apenas mais uma das muitas formas possíveis e legítimas de ser humano. O futuro da criança surda é escrito, literalmente, nas mãos de seus pais, hoje. A língua de sinais é o fio condutor que costura a identidade, a inteligência e o afeto; negá-la é negar a própria humanidade do filho.

Referências

FELLINGER, J.; HOLZINGER, D.; POLLARD, R. Mental health of deaf people. *The Lancet*, v. 379, n. 9820, p. 1037-1044, 2012.

GLICKMAN, Neil S. *Cognitive-behavioral therapy for deaf and hearing persons with language and learning challenges*. New York: Routledge, 2009.

HALL, Wyatte C. What you don't know can hurt you: the risk of language deprivation for impairing sign language development. *Maternal and Child Health Journal*, v. 21, n. 5, p. 961-965, 2017.

HUMPHRIES, Tom et al. Language deprivation syndrome: a possible neurodevelopmental disorder with distinct clinical features. *Community Mental Health Journal*, v. 53, n. 4, p. 362-372, 2017.

KRONENBERGER, William G. et al. Executive functioning and language in deaf children with cochlear implants. *Otology & Neurotology*, v. 35, n. 6, p. 1093, 2014.

LACERDA, Cristina B. F. de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. *Cadernos Cedes*, v. 26, n. 69, p. 163-184, 2006.

MACSWEENEY, Mairéad et al. Phonological processing in deaf signers and the impact of age of first language acquisition. *NeuroImage*, v. 40, n. 3, p. 1369-1379, 2008.

MAYBERRY, Rachel I.; LOCK, Elizabeth; KAZMI, H. Linguistic ability in early childhood: the effects of early language experience. *Nature*, v. 417, p. 38-39, 2002.

MITCHELL, Ross E.; KARCHMER, Michael A. Chasing the mythical ten percent: parental hearing status of deaf and hard of hearing students in the United States. *Sign Language Studies*, v. 4, n. 2, p. 138-163, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 2019.

SACKS, Oliver. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.



Ano V, v.2 2025 | submissão: 12/12/2025 | aceito: 14/12/2025 | publicação: 16/12/2025

SCHICK, Brenda et al. Language and theory of mind: a study of deaf children. *Child Development*, v. 78, n. 2, p. 376-396, 2007.

SKLIAR, Carlos. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2013.

STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.